



Conteúdo

| | |
|---|----|
| Relatório da administração | |
| Relatório da administração | 3 |
| Demonstrações financeiras | |
| Balço patrimonial | 10 |
| Demonstração dos resultados | 11 |
| Demonstração dos resultados abrangentes | 12 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 13 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 14 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | |
| Base de preparação | |
| 1. Contexto operacional | 15 |
| 2. Base de preparação | 16 |
| 3. Moeda funcional e moeda de apresentação | 16 |
| 4. Uso de estimativas e julgamentos | 16 |
| Políticas contábeis | |
| 5. Base de mensuração | 17 |
| 6. Políticas contábeis materiais | 17 |
| 7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas | 20 |
| Ativos | |
| 8. Caixa e equivalentes de caixa | 21 |
| 9. Títulos e valores mobiliários | 21 |
| 10. Concessionárias e permissionárias | 22 |
| 11. Ativo de contrato | 22 |
| Passivos e patrimônio líquido | |
| 12. Financiamento e debêntures | 23 |
| 13. PIS e COFINS diferidos | 25 |
| 14. Imposto de renda e contribuição social diferidos | 26 |
| 15. Patrimônio líquido | 27 |
| Desempenho do exercício | |
| 16. Receita operacional líquida | 28 |
| 17. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas | 30 |
| 18. Resultado financeiro | 30 |
| Tributos sobre o lucro | |
| 19. Imposto de renda e contribuição social | 31 |
| Outras informações | |
| 20. Transações com partes relacionadas | 31 |
| 21. Gestão de riscos financeiros | 32 |
| 22. Cobertura de seguros | 34 |

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Cantareira Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente.

2. A Companhia

| | |
|--------------------------|---|
| Denominação social | Cantareira Transmissora de Energia S.A. |
| Natureza jurídica | Sociedade anônima fechada |
| Data de constituição | 28 de maio de 2014 |
| Sede | Rio de Janeiro |
| Objeto social | Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica |
| Empreendimento | Linha de Transmissão Estreito–Fernão Dias |
| Características técnicas | Tensão de 500 kV, circuito duplo |
| Extensão aproximada | 328 km |

As acionistas da Companhia exercem controle conjunto, conforme acordo de acionistas firmado entre elas, sendo suas respectivas participações apresentadas a seguir.

| | % |
|--|-------------|
| Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo) | 51% |
| Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel) | 49% |
| | 100% |

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP) e Revisão Tarifária Periódica (RTP)

| | Resolução Homologatória (RH) n° 3.481 | Resolução Homologatória (RH) n° 3.348 |
|-------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Data da resolução | 17 de julho de 2025 | 16 de julho de 2024 |
| Ciclo tarifário | 2025–2026 | 2024–2025 |
| RAP estabelecida | 144.108 | 144.355 |

Observa-se uma redução aproximada de 0,2%, resultante da combinação do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), de 5,3%, com a redução de 5,2% decorrente do processo de RTP conforme RH n° 3.475 de 17 de junho de 2025. O impacto da RTP no resultado e no ativo de contrato foi de R\$ 93.437.

(b) Pagamento de dividendos para as acionistas

| | 2025 |
|-------|---------------|
| Celeo | 22.440 |
| Copel | 21.560 |
| | 44.000 |

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,94%.

(d) Pagamento de principal e juros do financiamento e das debêntures

| | Principal | Juros |
|---------------|-----------|--------|
| Financiamento | 33.522 | 25.647 |
| Debêntures | 10.931 | 5.732 |
| | 44.453 | 31.379 |

4. Atendimento às disposições sobre Política de Equidade – Lei nº15.177/2025

A Companhia afirma seu compromisso com a promoção da equidade, da igualdade de oportunidades, da não discriminação e do respeito à diversidade, valores que orientam a atuação da Companhia e integram sua cultura organizacional.

Nesse sentido, em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que alterou o artigo 133, parágrafo sexto, da Lei 6.404/76, a Companhia divulga as seguintes informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

| Cargo | Colaboradores/Cargos na administração (i) | | | | Remuneração (ii) | | | |
|--------------------------|---|--------|-------|--------|------------------|---------|---------|---------|
| | 2025 | | 2024 | | 2025 | | 2024 | |
| | Total | Mulher | Total | Mulher | Total | Mulher | Total | Mulher |
| Diretoria e Conselheiros | 5 | - | 5 | - | R\$ 690 | - | R\$ 747 | R\$ 44 |
| Técnico ou Especialista | 8 | 1 | 7 | 1 | R\$ 835 | R\$ 133 | R\$ 789 | R\$ 119 |
| Operacional | 1 | - | 1 | - | R\$ 34 | - | R\$ 49 | - |

(i) Refere-se à posição em 31 de dezembro de cada ano.

(ii) Refere-se às remunerações em cada exercício.

5. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos membros do Conselho Fiscal, as atribuições, competências e prazo de mandato previstos em lei.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Atualmente não há suplentes em sua composição. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e aprovar as normas de procedimento para a administração da Companhia.

6. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Cantareira Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

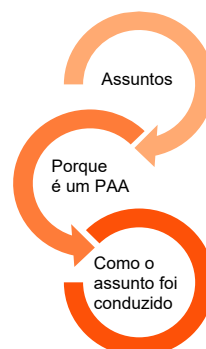
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|--|---|
| <p>Mensuração do ativo de contrato e a correspondente receita de remuneração desse ativo (Notas 11, 16 e 18)</p> <p>A Companhia realizou investimentos na construção da infraestrutura de transmissão de energia Estreito - Fernão Dias, especificada no contrato de construção 19/2014, resultando em um ativo de contrato no valor de R\$ 1.731.920 mil. Esse ativo refere-se ao direito da Companhia receber contraprestações financeiras em decorrência dos investimentos realizados. A mensuração do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.</p> <p>Adicionalmente, por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada. Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato.</p> <p>Efetuamos a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance e entendimento das condições pactuadas entre elas, os preços e os prazos definidos.</p> <p>Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.</p> <p>Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como a taxa de remuneração do ativo contratual, e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.</p> |

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 06 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Cantareira Transmissora de Energia S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



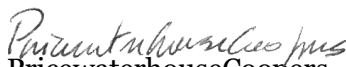
Cantareira Transmissora de Energia S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Balanço Patrimonial Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---|--------|------------------|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 5.570 | 8.709 |
| Títulos e valores mobiliários | 9 (i) | 22.208 | 16.703 |
| Concessionárias e permissionárias | 10 | 13.179 | 14.801 |
| Ativo de contrato | 11 | 143.386 | 143.549 |
| Outros impostos e contribuições a recuperar | | 102 | 161 |
| Outros ativos | | 648 | 627 |
| Total do ativo circulante | | 185.093 | 184.550 |
| Títulos e valores mobiliários | 9 (ii) | 24.315 | 25.012 |
| Ativo de contrato | 11 | 1.588.534 | 1.641.765 |
| Total do realizável a longo prazo | | 1.612.849 | 1.666.777 |
| Imobilizado | | 40 | 46 |
| Total do imobilizado | | 40 | 46 |
| Total do ativo não circulante | | 1.612.889 | 1.666.823 |
| Total do ativo | | 1.797.982 | 1.851.373 |
| Fornecedores | | 573 | 724 |
| Financiamento | 12 | 36.987 | 32.527 |
| Debêntures | 12 | 12.943 | 12.644 |
| Salários e encargos a pagar | | 270 | 247 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 8.115 | 4.712 |
| Outros impostos e contribuições a recolher | | 1.276 | 1.510 |
| PIS e COFINS diferidos | 13 | 12.551 | 12.566 |
| Dividendos | 20 (c) | 128.368 | 65.911 |
| Encargos setoriais | | 4.830 | 4.288 |
| Outros passivos | | 10.391 | 8.759 |
| Total do passivo circulante | | 216.304 | 143.888 |
| Financiamento | 12 | 273.134 | 302.329 |
| Debêntures | 12 | 65.635 | 73.283 |
| Provisões | | 65 | 65 |
| PIS e COFINS diferidos | 13 | 144.774 | 149.976 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 | 320.919 | 328.340 |
| Total do passivo não circulante | | 804.527 | 853.993 |
| Total dos passivos | | 1.020.831 | 997.881 |
| Capital social | 15 (a) | 381.800 | 381.800 |
| Reserva de lucros | 15 (b) | 373.893 | 412.915 |
| Dividendo adicional proposto | 15 (d) | 21.458 | 58.777 |
| Total do patrimônio líquido | | 777.151 | 853.492 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.797.982 | 1.851.373 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

| | | 2025 | 2024 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 16 | 95.424 | 172.217 |
| Custos operacionais | 17(a) | (6.572) | (8.177) |
| Lucro bruto | | 88.852 | 164.040 |
| Despesas gerais e administrativas | 17 (b) | (3.592) | (2.668) |
| Provisão para perdas de crédito esperada | 10 | (1.231) | 416 |
| Despesas operacionais | | (4.823) | (2.252) |
| Resultado antes do resultado financeiro | | 84.029 | 161.788 |
| Receitas financeiras | | 5.389 | 5.068 |
| Despesas financeiras | | (44.569) | (42.523) |
| Resultado financeiro | 18 | (39.180) | (37.455) |
| Resultado antes dos impostos | | 44.849 | 124.333 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | (22.155) | (18.433) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 7.422 | (23.406) |
| Imposto de renda e contribuição social | 19 | (14.733) | (41.839) |
| Lucro líquido do exercício | | 30.116 | 82.494 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

| | 2025 | 2024 |
|--|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 30.116 | 82.494 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente total do exercício | 30.116 | 82.494 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

| | Nota | Capital Social | Reservas de lucros | | | Dividendo adicional proposto | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--|--------|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| | | | Legal | Retenção de lucros | Lucros a realizar | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | | 381.800 | 19.000 | 157.772 | 243.597 | 63.801 | - | 865.970 |
| Transferência para reserva de retenção de lucros | 15 (b) | - | - | 34.740 | - | (34.740) | - | - |
| Pagamento de dividendos | 15 (d) | - | - | - | - | (29.061) | - | (29.061) |
| Dividendos constituídos | 15 (b) | - | - | - | (46.319) | - | - | (46.319) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 82.494 | 82.494 |
| Reserva legal | 15 (b) | - | 4.125 | - | - | - | (4.125) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 15 (c) | - | - | - | - | - | (19.592) | (19.592) |
| Dividendos adicionais propostos | 15 (d) | - | - | - | - | 58.777 | (58.777) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | | 381.800 | 23.125 | 192.512 | 197.278 | 58.777 | - | 853.492 |
| Pagamento de dividendos | 15 (d) | - | - | - | - | (58.777) | - | (58.777) |
| Pagamento de dividendos | 15 (b) | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos constituídos | 15 (b) | - | - | - | (40.528) | - | - | (40.528) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 30.116 | 30.116 |
| Reserva legal | 15 (b) | - | 1.506 | - | - | - | (1.506) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 15 (c) | - | - | - | - | - | (7.152) | (7.152) |
| Dividendos adicionais propostos | 15 (d) | - | - | - | - | 21.458 | (21.458) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | | 381.800 | 24.631 | 192.512 | 156.750 | 21.458 | - | 777.151 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---|----------|-----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 30.116 | 82.494 |
| Ajustes para: | | | |
| - Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (7.422) | 23.406 |
| - Imposto de renda e contribuição social correntes | | 22.155 | 18.433 |
| - Provisão para perda de crédito esperada | 10 | 1.231 | (416) |
| - PIS e COFINS diferidos | 16 | (5.216) | 3.747 |
| - Títulos e valores mobiliários - rendimento | | (5.626) | (5.181) |
| - Juros, correção monetária e custo de transação sobre debêntures e financiamento | 18 | 43.747 | 41.795 |
| - Depreciação | | 6 | 6 |
| - Efeito da revisão tarifária periódica | 11 | 93.437 | - |
| - Ativo de contrato - remuneração | 11 | (179.752) | (179.437) |
| | | (7.324) | (15.153) |
| Variações em: | | | |
| - Concessionárias e permissionárias | | 391 | (1.476) |
| - Ativo de contrato | 11 | 139.709 | 136.221 |
| - Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | - | 2.314 |
| - Outros impostos e contribuições a recuperar | | 59 | (17) |
| - Outros ativos | | (21) | (18) |
| - Fornecedores | | (151) | 35 |
| - Imposto de renda e contribuição social a recolher | | (1.185) | 167 |
| - Outros impostos e contribuições a recolher | | (234) | 198 |
| - Salários e encargos a pagar | | 23 | 10 |
| - Encargos setoriais | | 542 | 847 |
| - Outros passivos | | 1.633 | (3.206) |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | 133.442 | 119.922 |
| Impostos pagos sobre o lucro | | (17.567) | (13.888) |
| Debêntures - pagamento de juros | 12 | (5.732) | (6.167) |
| Financiamentos - pagamento de juros | 12 | (25.647) | (27.702) |
| Caixa líquido gerado das atividades operacionais | | 84.496 | 72.165 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Títulos e valores mobiliários - aplicações | | (125.320) | (105.930) |
| Títulos e valores mobiliários - resgates | | 126.138 | 128.317 |
| Caixa proveniente das atividades de investimento | | 818 | 22.387 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Pagamento de dividendos | 20 (c) | (44.000) | (50.328) |
| Debêntures - pagamento de principal | 12 | (10.931) | (10.421) |
| Financiamentos - pagamento de principal | 12 | (33.522) | (30.495) |
| Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento | | (88.453) | (91.244) |
| (Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | | (3.139) | 3.308 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 8.709 | 5.401 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 8 | 5.570 | 8.709 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Cantareira Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km.

As acionistas da Companhia exercem controle conjunto, conforme acordo de acionistas firmado entre elas, sendo suas respectivas participações apresentadas a seguir.

| | % |
|--|------|
| Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo) | 51% |
| Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel) | 49% |
| | 100% |

1.1 Contrato de concessão

| | |
|--------------------------------|---|
| Contrato de concessão | 19/2014 |
| Objeto do contrato | Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão |
| Estados atendidos | São Paulo e Minas Gerais |
| Empreendimento principal | Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias |
| Características técnicas da LT | 500 kV, circuito duplo |
| Extensão aproximada | 328 km |
| Instalações | (i) linha de transmissão Estreito-Fernão, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km, com origem na subestação Estreito e término na subestação Fernão Dias; (ii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões nas subestações Estreito e Fernão Dias, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. |
| Data de assinatura | 5 de setembro de 2014 |
| Prazo de vigência | 30 anos |
| Data de vencimento | 5 de maio de 2044 |
| Início da operação comercial | Fevereiro de 2018 |

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

| | Resolução Homologatória (RH) nº 3.481 | Resolução Homologatória (RH) nº 3.348 |
|-------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Data da resolução | 17 de julho de 2025 | 16 de julho de 2024 |
| Ciclo tarifário | 2025-2026 | 2024-2025 |
| RAP estabelecida | 144.108 | 144.355 |

A redução aproximada de 0,2% é resultante da combinação do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), de 5,3%, com a redução de 5,2% decorrente do processo de Revisão Tarifária Periódica, conforme detalhado na nota explicativa 1.3. O impacto de R\$ 93.437 da RTP pode ser observado nas notas explicativas 11 e 16.

1.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP)

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma.

| | 1ª revisão | 2ª revisão | 3ª revisão | 4ª revisão | 5ª revisão |
|----------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Cronograma RTP (ciclo tarifário) | 2020-2021 | 2025-2026 | 2030-2031 | 2035-2036 | 2040-2041 |

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 13 de fevereiro de 2026.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

| Nota explicativa | Estimativas e julgamentos |
|------------------|--|
| 6 | Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato |
| 21 | Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada |

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

| Norma | Vigência |
|--|------------|
| Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21) | 01/01/2025 |

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

| Prática | Nota explicativa | Descrição |
|---|------------------|--|
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos (a contar da data de contratação), com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários. |
| Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante | 9 | Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. |
| Receitas e despesas financeiras | 18 | A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. |

| Prática | Nota explicativa | Descrição |
|--|------------------|---|
| Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração | 12 | <p>(a) Classificação e mensuração Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.</p> <p>Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.</p> <p>Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:</p> <p>(i) Custo amortizado Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.</p> <p>(ii) VJR Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.</p> <p>(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.</p> <p>A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.</p> <p>Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.</p> |

| Prática | Nota explicativa | Descrição |
|-------------------|------------------|--|
| Ativo de contrato | 11 | <p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p> <p>i. Reconhecimento de receita de construção Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.</p> <p>ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.</p> <p>iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto.</p> <p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p> |

| Prática | Nota explicativa | Descrição |
|---|------------------|--|
| Imposto de renda e contribuição social | 14 e 19 | <p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> |

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

| Norma | Adoção | Vigência |
|---|--|------------|
| Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7) Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7) | Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. | 01/01/2026 |
| IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1) | Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras. | 01/01/2027 |

8 Caixa e equivalentes de caixa

| | | 2025 | 2024 |
|----------------|-----|-------|-------|
| Caixa | | 2 | 2 |
| Conta corrente | (a) | 5.568 | 8.707 |
| | | 5.570 | 8.709 |

- (a) O saldo mantido em conta corrente destina-se, principalmente, ao pagamento do financiamento (nota explicativa 12). No exercício findo em 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa foi inferior ao registrado no exercício findo em 2024, em decorrência da normalização do fluxo financeiro da Companhia ao longo do período. Em 2024, a Companhia manteve um saldo adicional em caixa em razão do curto intervalo entre a disponibilização dos recursos e o encerramento do exercício social, o que impossibilitou a realização de aplicações financeiras no período. Veja nota explicativa 9 (a).

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

| | | 2025 | 2024 |
|-----------------------|-----|--------|--------|
| CDB | (a) | 15.205 | 9.724 |
| Fundo de investimento | (b) | 7.003 | 6.979 |
| | | 22.208 | 16.703 |

- (a) A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,5% (99,4% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre novembro e dezembro de 2026.

A flutuação decorre do fluxo regular de operações da Companhia e foi impactada principalmente em decorrência do prazo reduzido entre a disponibilização dos recursos e o encerramento do exercício social findo em 2024, o que impossibilitou a realização de aplicação financeira no período, veja nota explicativa 8.

- (b) Os recursos estão aplicados em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos, referenciado DI, no Banco Santander. O detalhe desse investimento está descrito no “ii. Não Circulante” a seguir.

ii. Não circulante

| | | 2025 | 2024 |
|---------------------------------------|-----|--------|--------|
| Fundo de investimento - Financiamento | (a) | 15.743 | 15.517 |
| Fundo de investimento - Debêntures | (b) | 8.572 | 9.495 |
| | | 24.315 | 25.012 |

- (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada “Conta Reserva” (caixa restrito), valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

- (b) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, em uma conta denominada “conta reserva debêntures” e “conta de pagamento debêntures”, valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 a totalidade dos recursos está aplicada em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de a (10,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

As aplicações referentes às garantias do contrato de financiamento e das debêntures estão em conformidade com as exigências contratuais. Para maiores detalhes, veja a nota explicativa 12.

10 Concessionárias e permissionárias

| | 2025 | 2024 |
|---|---------------|---------------|
| A vencer | 12.315 | 13.443 |
| Até 3 meses | 40 | 949 |
| De 3 a 12 meses | 824 | 409 |
| Acima de 12 meses | 1.874 | 643 |
| Provisão para perda de crédito esperada (PCE) | (1.874) | (643) |
| | 13.179 | 14.801 |

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

| Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 | (643) | (1.059) |
|----------------------------------|----------------|--------------|
| Adições | (1.231) | - |
| Reversões | - | 416 |
| Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 | (1.874) | (643) |

11 Ativo de contrato

A movimentação do ativo de contrato está demonstrada a seguir.

| Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 | | 1.785.314 | 1.742.098 |
|---------------------------------------|-----|------------------|------------------|
| Efeito da revisão tarifária periódica | (a) | (93.437) | - |
| Remuneração do ativo de contrato | | 179.752 | 179.437 |
| Recebimentos | | (139.709) | (136.221) |
| Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 | | 1.731.920 | 1.785.314 |

- (a) Conforme nota explicativa 1.3 e 16, durante o exercício findo em 2024, a RAP da Companhia foi reajustada em razão da RTP, impactando o ativo de contrato e o resultado em R\$ 93.437.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

| | 2025 | 2024 |
|----------------|------------------|------------------|
| Circulante | 143.386 | 143.549 |
| Não circulante | 1.588.534 | 1.641.765 |
| | 1.731.920 | 1.785.314 |

12 Financiamento e debêntures

| | Financiamento | | Debêntures | |
|---|----------------|----------------|---------------|---------------|
| Financiamento e debêntures | 340.227 | 367.858 | 87.963 | 94.279 |
| Custo de transação | (5.371) | (6.054) | (2.036) | (2.300) |
| Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 | 334.856 | 361.804 | 85.927 | 91.979 |
| Juros | 33.741 | 30.566 | 9.050 | 10.272 |
| Amortização - principal | (33.522) | (30.495) | (10.931) | (10.421) |
| Amortização - juros | (25.647) | (27.702) | (5.732) | (6.167) |
| Amortização - custo de transação | 693 | 693 | 263 | 264 |
| Financiamento e debêntures | 314.799 | 340.227 | 80.351 | 87.963 |
| Custo de transação | (4.678) | (5.371) | (1.773) | (2.036) |
| Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 | 310.121 | 334.856 | 78.578 | 85.927 |

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

| | Financiamento | | Debêntures | |
|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | 36.987 | 32.527 | 12.943 | 12.644 |
| Não circulante | 273.134 | 302.329 | 65.635 | 73.283 |
| | 310.121 | 334.856 | 78.578 | 85.927 |

i. Estrutura da dívida

(a) Financiamento

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 28 de dezembro de 2016 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1, sendo dividido em 3 (três subcréditos) conforme tabela a seguir.

| | Subcrédito A | Subcrédito B | Subcrédito C |
|------------------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Valor captado | 360.119 | 64.591 | 2.124 |
| Vencimento da 1ª parcela | 15 de outubro de 2018 | | |
| Vencimento da última parcela | 15 de setembro de 2032 | | |
| Finalidade | Obras civis e demais itens | Máquinas e equipamentos | Investimentos sociais |
| Encargos | TJLP + 2,12% | TJLP + 2,12% | TJLP |
| Forma de pagamento | Principal e juros mensais | | |

(b) Debêntures

| | |
|--------------------------------|--|
| Data de emissão | 15 de dezembro de 2017 |
| Data de vencimento | 15 de agosto de 2032 |
| Finalidade | Implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 |
| Valor total captado | 100.000 |
| Data de ingresso dos recursos | 9 de janeiro de 2018 |
| Atualização do saldo principal | Correção pelo IPCA |
| Taxa de juros | IPCA + 6,91% ao ano |
| Periodicidade dos juros | Pagamento semestral |
| Pagamento de juros | Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sendo certo que (i) os Juros Remuneratórios calculados no período compreendido entre a Data de Integralização e o dia 15 de Agosto de 2018 (inclusive) serão integralmente capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Atualizado em 15 de agosto de 2018; (ii) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios será realizado em 15 de fevereiro de 2019, considerando os Juros Remuneratórios calculados no período compreendido entre a Data de Incorporação e a data do primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios; e (iii) os demais pagamentos de Juros Remuneratórios ocorrerão semestralmente todo dia 15 dos meses de agosto e fevereiro, sendo o segundo pagamento em 15 de agosto de 2019 e o último na Data de Vencimento. |
| Pagamento de principal | O Valor Nominal Unitário será amortizado em 28 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento. |

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação, como no caso das Debêntures, permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras.

iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente principal tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento) ou semestralmente (debêntures), dependendo do tipo de dívida. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

| | Financiamento | Debêntures |
|------------------|----------------|---------------|
| Em 2027 | 36.651 | 11.188 |
| Em 2028 | 40.825 | 11.188 |
| Em 2029 | 45.467 | 11.188 |
| A partir de 2030 | 150.191 | 32.071 |
| | 273.134 | 65.635 |

iv. Cláusulas restritivas

O contrato de financiamento e a escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenant*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas restritivas estão descritas a seguir:

| |
|---|
| (a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária |
| (b) não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES; (ii) concessão de preferência a outros créditos e (iii) distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido. salvo se verificado, cumulativamente, (1) o atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos); (2) que não afete a capacidade da companhia para cumprir suas obrigações financeiras e operacionais e (3) a companhia estar adimplente com todas as obrigações do contrato de financiamento e dos contratos de garantia |
| (c) cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão |
| (d) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP) |
| (e) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, bem como o requerimento de autofalência ou de falência relativo a Companhia |
| (f) transformação da Companhia em outro tipo societário |
| (g) declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNDES e/ou de qualquer financiamento contratado pela Companhia, não sanadas no prazo de 90 (noventa) dias |
| (h) extinção da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão |

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento e na escritura das debêntures.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

| | 2025 | 2024 |
|--|----------------|----------------|
| Dívida bruta | | |
| Financiamento | 310.121 | 340.227 |
| Debêntures | 78.578 | 87.963 |
| Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários | | |
| Caixa e conta corrente | 5.570 | 8.709 |
| CDB | 13.928 | 9.724 |
| Fundo de investimento | 31.125 | 31.991 |
| Dívida líquida | 338.076 | 377.766 |

13 PIS e COFINS diferidos

Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência.

A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

A movimentação do PIS e da COFINS diferidos está demonstrada a seguir.

| Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 | 162.542 | 158.795 |
|----------------------------------|---------|---------|
| Despesa do ano corrente | 3.428 | 3.747 |
| Efeito sobre a RTP | (8.645) | - |
| Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 | 157.325 | 162.542 |

O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

| | 2025 | 2024 |
|--------|---------|---------|
| PIS | 28.063 | 28.993 |
| COFINS | 129.262 | 133.549 |
| | 157.325 | 162.542 |

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

| | 2025 | 2024 |
|----------------|---------|---------|
| Circulante | 12.551 | 12.566 |
| Não circulante | 144.774 | 149.976 |
| | 157.325 | 162.542 |

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 2025 | 2024 |
|---------------------|---------|---------|
| Imposto de renda | 235.970 | 241.426 |
| Contribuição social | 84.949 | 86.914 |
| | 320.919 | 328.340 |

A composição do saldo está apresentada a seguir.

| | Base de cálculo | | IRPJ e CSLL | |
|--|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente | 945.753 | 966.346 | 321.556 | 328.558 |
| Provisão para perda de crédito esperada | (1.874) | (643) | (637) | (219) |
| | 943.879 | 965.703 | 320.919 | 328.339 |

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 381.800, dividido em 381.800.000 (trezentos e oitenta e um milhões e oitocentos mil) ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

| | % | Ações (mil) |
|-------|-------------|----------------|
| | | 2025 e 2024 |
| Celeo | 51% | 194.718 |
| Copel | 49% | 187.082 |
| | 100% | 381.800 |

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

| | 2025 | 2024 |
|---------------|-------|-------|
| Reserva legal | 1.506 | 4.125 |

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

| Reunião | Data | Valor | Deliberação |
|----------------------------|---------------------|--------|--------------------------------|
| Assembleia Geral Ordinária | 25 de abril de 2024 | 34.740 | Destinado à retenção de lucros |

iii. Reserva de lucros a realizar

O saldo reconhecido refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.

| Reunião | Data | Valor | Deliberação |
|----------------------------|---------------------|--------|--|
| - | - | 40.528 | Os lucros realizados foram acrescidos aos dividendos a pagar e serão aprovados na próxima Assembleia Geral Ordinária |
| Assembleia Geral Ordinária | 27 de março de 2025 | 46.319 | Aprovação do montante como dividendos a pagar |

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

A destinação do dividendo mínimo obrigatório está demonstrada a seguir.

| | 2025 | 2024 |
|---------------------------------|-------|--------|
| Dividendos mínimos obrigatórios | 7.152 | 19.592 |

(d) Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

| Reunião | Data | Valor | Deliberação |
|----------------------------|---------------------|--------|--|
| Assembleia Geral Ordinária | 25 de abril de 2024 | 34.740 | Destinação à reserva de retenção de lucros |
| | | 29.061 | Destinação ao pagamento de dividendos |
| Assembleia Geral Ordinária | 27 de março de 2025 | 58.777 | Aprovação para o pagamento de dividendos adicionais. |

A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir.

| | 2025 | 2024 |
|------------------------------|--------|--------|
| Dividendo adicional proposto | 21.458 | 58.777 |

16 Receita operacional líquida

| | | 2025 | 2024 |
|--|-----|----------------|-----------------|
| Remuneração do ativo | | 179.752 | 179.437 |
| Ganho na RAP | | 10.465 | 11.304 |
| Efeito da revisão tarifária petriódica | | (93.437) | - |
| Receita de operação e manutenção | | 8.758 | 8.539 |
| Outras receitas | | - | 560 |
| Parcela variável (indisponibilidade) | (a) | (155) | (9.475) |
| Receita bruta | | 105.383 | 190.365 |
| Pis e Cofins correntes | | (13.574) | (12.557) |
| Pis e Cofins diferidos | (b) | 5.216 | (3.747) |
| Encargos setoriais | (c) | (1.601) | (1.844) |
| Deduções da receita | | (9.959) | (18.148) |
| | | 95.424 | 172.217 |

- (a) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas. A composição do saldo da parcela variável está apresentada a seguir.

| | | 2025 | 2024 |
|-------------------------------------|------|--------------|----------------|
| Rompimento de cabo para-raios | (i) | - | (7.092) |
| Desligamento de disjuntores (C1/C2) | (ii) | - | (1.933) |
| Outros | | (155) | (450) |
| | | (155) | (9.475) |

- (i) Em janeiro de 2024, ocorreu o rompimento de um cabo para-raios devido à corrosão do cabo dentro da esfera de sinalização. A Companhia realizou inspeções, trocou os equipamentos e constatou que o rompimento foi causado por um fator imprevisível. Foi apresentada uma defesa ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e simultaneamente, a Companhia impetrou um mandado de segurança para suspender os descontos da parcela variável até uma decisão final administrativa, entretanto, o juízo não entendeu como presentes os requisitos para garantir a segurança, resultando no desconto integral da parcela variável, na medida em que não estaria configurada a probabilidade de perda do direito, visto que, em caso de sucesso nas discussões do mérito na esfera administrativa ou judicial, a Companhia poderia reaver os valores descontados. De modo a atender aos prazos regulatórios, foi instaurado requerimento administrativo junto a ANEEL visando o reconhecimento da excludente de responsabilidade para que o evento seja classificado como Caso Fortuito/Força Maior e receba o tratamento regulatório previsto para estes casos. Atualmente, o requerimento administrativo tramita na ANEEL, sendo que, a Companhia poderá recorrer ao Judiciário para contestar uma possível decisão desfavorável da ANEEL, caso assim seja decidido. O prognóstico para esse processo foi avaliado pela administração como risco de ganho possível. Este evento não impactou o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (ii) No exercício findo em 2024, após o desligamento automático de um disjuntor da linha de transmissão Estreito-Fernão Dias, foi realizada uma tentativa de recomposição, porém ocorreu uma falha no procedimento que contribuiu para intercorrência e o desconto da parcela variável.

(b) A abertura do saldo está apresentada a seguir:

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------|--------------|----------------|
| Despesa do ano corrente | (3.427) | (3.747) |
| Efeito sobre a RTP | 8.643 | - |
| | 5.216 | (3.747) |

(c) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

| | 2025 | 2024 |
|---|----------------|----------------|
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | (1.212) | (1.298) |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE) | (389) | (546) |
| | (1.601) | (1.844) |

17 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

| | | 2025 | 2024 |
|----------------------------------|-------|----------------|----------------|
| Manutenção de subestação | (i) | (2.329) | (2.701) |
| Serviço de operação e manutenção | (ii) | (2.301) | (2.195) |
| Pessoal | | (1.189) | (1.144) |
| Consultoria ambiental | (iii) | - | (567) |
| Viagem e hospedagem | (iv) | (189) | (626) |
| Material | | (98) | (148) |
| Diversos | | (466) | (796) |
| | | (6.572) | (8.177) |

- (i) Refere-se a prestação de serviços de reparo e manutenção na infraestrutura.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo conforme nota explicativa 20 (a).
- (iii) Durante o exercício findo em 2024 foi realizado, de caráter não recorrente, um programa de monitoramento da fauna.
- (iv) Durante o exercício findo em 2024 houve gastos adicionais com viagens para atender a intercorrência que causou a parcela variável (nota explicativa 16).

(b) Despesas operacionais

| | | 2025 | 2024 |
|---------------------------------------|-----|----------------|----------------|
| Pessoal | | (935) | (1.148) |
| Prestação de serviços administrativos | (i) | (437) | (437) |
| Consultorias | | (836) | (376) |
| Publicações | | (40) | (40) |
| Outros | | (1.345) | (667) |
| | | (3.593) | (2.668) |

- (i) Refere-se à prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo conforme nota explicativa 20 (a).

18 Resultado financeiro

| | 2025 | 2024 |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Rendimento de aplicação financeira | 5.364 | 4.934 |
| Outras receitas | 25 | 134 |
| Receitas financeiras | 5.389 | 5.068 |
| Juros - debêntures | (9.050) | (10.272) |
| Juros - financiamento | (33.741) | (30.566) |
| Custo de transação - debêntures | (263) | (264) |
| Custo de transação - financiamento | (693) | (693) |
| Outras despesas | (822) | (728) |
| Despesas financeiras | (44.569) | (42.523) |
| | (39.180) | (37.455) |

19 Imposto de renda e contribuição social

| | | 2025 | 2024 |
|--|-----|-----------------|-----------------|
| Resultado antes dos impostos | | 44.849 | 124.333 |
| Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34% | | (15.249) | (42.273) |
| Incentivo fiscal - IRPJ | (a) | 755 | 676 |
| Outras adições | | (239) | (242) |
| Despesa de IR e CS à alíquota efetiva | | (14.733) | (41.839) |
| Alíquota efetiva | | 33% | 34% |

(a) A composição do incentivo fiscal está demonstrada a seguir:

| | 2025 | 2024 |
|---|------------|------------|
| Operações de caráter cultural e artístico | 377 | 338 |
| Atividade esportiva | 96 | - |
| Atividade audiovisual | 94 | 84 |
| Fundo da criança e adolescente | 94 | 169 |
| Fundo nacional do idoso | 94 | 85 |
| | 755 | 676 |

20 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

| | Tipo de transação | Índice de correção | Prazo | Vencimento | Passivo | | Resultado | |
|------------|-------------------|--------------------|--------|------------|---------|------|-----------|---------|
| | | | | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Celeo (i) | Backoffice | IPCA | 5 anos | 2026 | - | - | (437) | (437) |
| Celeo (ii) | O&M | IPCA | 5 anos | 2026 | 175 | 332 | (2.301) | (2.195) |

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica “serviços de terceiros - despesas operacionais”; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica “serviços de terceiros - custos operacionais”.

(b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração da diretoria (salário, encargos, benefícios e remuneração variável), do conselho fiscal e do conselho de administração (pró-labore e encargos) foi de R\$ 733 (R\$ 766 em 31 de dezembro de 2024) e está registrada na rubrica “pessoal - despesas operacionais”.

(c) Dividendos

| Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 | 65.911 | 21.267 |
|---|----------------|---------------|
| Pagamento de dividendos | (44.000) | (50.328) |
| Dividendos oriundos das reservas de lucros | 40.528 | - |
| Dividendos adicionais | 58.777 | 75.380 |
| Constituição de dividendos mínimos obrigatórios | 7.152 | 19.592 |
| Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 | 128.368 | 65.911 |

21 **Gestão de riscos financeiros**

(a) **Considerações gerais e políticas**

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. **Gestão de risco de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. **Gestão de risco de mercado**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento é indexado à TJLP e as debêntures ao IPCA.

iii. **Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 **Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de perda esperada utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

| | Risco | Cenários | | |
|----------------------|-----------------|----------|---------|---------|
| | | (i) | (ii) | (iii) |
| Aplicação financeira | Redução do CDI | (6.978) | (5.234) | (3.489) |
| Financiamento | Aumento da TJLP | 24.251 | 30.314 | 36.377 |
| Debêntures | Aumento do IPCA | 4.172 | 5.216 | 6.259 |

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (15% e 5,3%) foi considerada conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026. A TJLP para o cenário provável (7,5%) foi considerada conforme relatórios de mercado de dezembro de 2025.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

| | Nota | Hierarquia do valor justo | 2025 | | 2024 | |
|-----------------------------------|------|---------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | | | Custo amortizado | VJR | Custo amortizado | VJR |
| Caixa e equivalente de caixa | 8 | | 5.570 | - | 8.709 | - |
| Títulos e valores mobiliários | 9 | Nível II | - | 46.523 | - | 41.715 |
| Concessionárias e permissionárias | 10 | | 13.179 | - | 14.801 | - |
| Ativos Financeiros | | | 18.749 | 46.523 | 23.510 | 41.715 |
| Fornecedores | | | 573 | - | 724 | - |
| Financiamento | 12 | | 314.799 | - | 340.227 | - |
| Debêntures | 12 | | 80.351 | - | 87.963 | - |
| Passivos Financeiros | | | 395.723 | - | 428.914 | - |

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo reconhecidos nessas demonstrações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

| | Nota | Hierarquia do valor justo | 2025 | | 2024 | |
|------------|------|---------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Debêntures | 12 | Nível II | 80.351 | 80.339 | 87.963 | 84.572 |

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

22 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

| Riscos | Data de vigência | Importância segurada |
|-----------------------------------|-------------------------|----------------------|
| Risco operacional | 30.06.2025 a 30.06.2026 | 88.390 |
| Responsabilidade civil | 30.06.2025 a 30.06.2026 | 70.000 |
| Responsabilidade da administração | 16.04.2025 a 16.04.2026 | 50.000 |
| Seguro garantia judicial | 27.02.2025 a 27.02.2028 | 325 |
| Veículos | 30.05.2025 a 30.05.2026 | 189 |

Julio César de Castro Martins
Diretor Presidente

José Renato Sobral de Menezes
Diretor

Bruno M. S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8